

57

a a c t u a l i d a d e
f f i l o s o f i a
a a r t e e c i ê n c i a
l l i t e r a t u r a

N.º 2

AGOSTO 1957

ANO I

DIRECTOR: ANTÓNIO QUADROS

Carta aberta aos
futuros deputa-
dos da Nação

Instituto do cine-
ma português — Um

apelo à consciência de todos os portu-
gueses cultos e responsáveis

Universidade

livre — O que a instituição não
ensina

A dialética da
pintura euro-
peia — Abstracionismo e simbo-
lismo

A Feira das In-
dústrias — Esquecimento
ou falência?

A Feira das In-
dústrias — Esquecimento
ou falência?

ou falência?

PREÇO CINCO ESCUDOS

MANIFESTO

Aboliram a palavra do vocabulário e fecharam-na no recôndito mais profundo do subconsciente. Conhecem-na tanto como a receiam. Sabem que ela está lá, no seu lugar de exílio, sempre estranhamente viva, sempre estranhamente desperta. Dir-se-ia uma palavra mágica que eles têm medo de pronunciar, não vá ela pôr em movimento insuspeitadas forças. Se a encontram ao acaso de uma leitura, logo a repudiam com um frémito de ódio, de vergonha ou apenas de intranquilidade.

Disse-a Camões e eles deixaram-no morrer na miséria. Disse-a António Vieira e eles condenaram-no. Disse-a Bruno e eles tentaram assassiná-lo. Disse-a Junqueiro e eles ridicularizaram-no. Disse-a Pascoais e eles sorriram de indulgência. Disse-a Leonardo e eles taparam os ouvidos. Disse-a Fernando Pessoa e eles não quiseram entender.

Como todos estes, nós também não temos medo de a dizer: porque é na pátria e pela pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem sentido na lama do quotidiano. *Esta é a ditosa pátria minha amada*: Camões podia continuar a ser o amável cantor de versos líricos, mas quando viu a pátria imperial aviltada pela ambição, pelo oiro, pelo amolecimento do ideal, deu-nos os *Lusíadas* e ensinou-nos que uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas.

O mesmo pensou Vieira, ao construir a pátria portuguesa do Novo Continente. Mas se quiserem ler o seu *V Império*, é trabalho escusado. A grande obra de António Vieira, eles nunca a quiseram publicar.

Quanto a Bruno, está amplamente documentado como eles o quiseram assassinar por colocar o interesse da pátria acima do interesse da política. Ignorado, voluntariamente esquecido até há bem pouco tempo, o fundador da filosofia portuguesa viu erguido à sua volta o muro do silêncio. Porque não há pátria sem filosofia da pátria e Bruno cometeu o grande pecado de dar aos portugueses o conteúdo filosófico da ideia de pátria.

Junqueiro, como Camões, ao assistir à delapidação e ao desmembramento da pátria portuguesa, ao assistir ao abandono ignominioso e humilhante de grandes parcelas da carne africana da pátria portuguesa escreveu, dedicando-a a Bruno, seu mestre, a segunda grande epopeia literária, uma epopeia dramática desta vez, uma epopeia vibrante de indignação. E eles julgaram-no impiedosamente, e eles condenaram-no no tribunal da crítica, e eles disseram aos quatro ventos que as suas palavras eram balofas e vastas. Pois por detrás de cada uma delas, estava o culto pela pátria e era preciso a todo o custo afirmar essa repugnância que o poeta Aragon viria a consubstanciar com notável lucidez e coragem alguns anos depois: «*Mais ainda do que o patriotismo, que é uma histeria como outra qualquer, o que me repugna é a ideia de pátria, verdadeiramente o conceito mais bestial e menos filosófico que querem fazer entrar no nosso espírito.*»

Quanto a Pascoais, o grande iluminado de Marão, ele bem teorizou e defendeu e trouxe sempre ao primeiro lugar o conceito da pátria: mas eles rasgaram «*Os poetas lusíadas*» porque Junqueiro era ali considerado um grande poeta e rasgaram «*A arte de ser português*» porque pretendia ensinar a pátria aos ignorantes. E disseram a quem os quisesse ouvir que Pascoais era um grande poeta, sim, mas da sua filosofia só devíamos sorrir.

Para a voz de Leonardo Coimbra, de cuja filosofia já não podiam dizer o mesmo, taparam os ouvidos. Assim mesmo: taparam os ouvidos para não ouvir. Não ouvindo, não conhecendo, não sabendo, estavam inocentes como Pilatos.

E Fernando Pessoa? Quanto não têm trabalhado para fazer dele um literato, um malabarista de palavras, um humorista? Quanto não disseram e escreveram para relegar a *Mensagem*, a

REDACTORES

- Avelino Abranches
Afonso Botelho
Afonso Coutinho
Azeiteiro Abelho
José Antunes Pereira
Fernando Morgado
Bernardo Palva
António Quadros
Nas Carneiro dos Santos
Francisco Sottomayor
António Telmo
Orlando Vitorino

OUTROS COLABORADORES DESTE NOMEIRO:

- Baltasar Coelho
Miguel Fontana
António L. de Macedo

ACUMULAM OUTRAS FUNÇÕES:

- António Quadros, director
Av. Fernando Morgado, orientador artístico
Afonso Botelho, editor
Nas Carneiro dos Santos, administrador
Carlos Silva, secretário

Leia neste número

Ensaio

- A verdadeira riqueza das nações
Animação racional ou razão acionada?
Iniciacões, inspirações e heróis
A justiça e a unidade
Integração valorativa do homem
Do literarismo à consciência filosófica da literatura
Da cultura portuguesa ao romance francês
Progresso dialéctico da postura europeia
O existencialismo e a libertação do ensino

Artigos e notas

- 37 e a reacção dos conformistas
Não há pessoas...
No recado da Feira das Indústrias
Os editores
A estética de António Duarte
Os críticos
A Feira do Livro e os interesses dos escritores
A Sociedade Portuguesa de Escritores
Os livros e o seu futuro
A primeira edição do 37
O pensamento religioso português e o problema das filosofias nacionais

Depoimentos, inquéritos, crónicas

- A única solução é o Instituto do Cinema Português
Resposta a um inquérito da Sociedade Portuguesa de Escritores
Colóquio à mesa redonda
Carta a um professor primário
Meritório do Chile
Para além da arte da universidade
Carta aberta aos futuros deputados da Nação

Resenhas críticas

- Falsetim das exposições
Afonso Botelho e a estética e a exigência dos países
O humanismo contemporâneo e os seus problemas, segunda Domingos Monteiro
Os poemas de Natércia Freire
Imaginação e magia na arte de José Gomes Ferreira
João Gaspar Simões recebeu cartas de Fernando Pessoa

Colaboração Responsável:

A doutrina de cada artigo é da exclusiva responsabilidade do autor

Redacção e Administração: R. Afonso Sanchez, 30 - Tel. 05 02 32 CASCAIS

«57» é composta e impressa nas Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lda, de Lixa, Vitoria e Lima, R. João Saraiva, 12-A (Alvalade) - Tel. 76 01 15/9 - Lisboa.

A sua distribuição é feita pela Livraria Bertrand
O número de hoje tem vinte páginas

nossa terceira grande epopeia e a maior teoria poética e transcendental da história portuguesa, para o último lugar, para trás de todas as expressões líricas a que Fernando Pessoa, como Camões, havia confiado a amargura e a angústia do seu isolamento, que levava aos limites extremos a situação antropológica do homem moderno, perdido de qualquer tradição ou de qualquer movimento teleológico...

Reconciliando-se com a tradição, reconciliando-se com o movimento teleológico da pátria, que justamente procuraram diagnosticar e impulsionar, o indivíduo-Camões, o indivíduo-Junqueiro, o indivíduo-Fernando Pessoa resolveram, em «Os Lusíadas», em «A Pátria» e na «Mensagem» aquela perturbação lírica que neles, como nos grandes poetas não é senão o choro imóvel perante os sofrimentos da condição humana.

No nível mais alto que é o nível epopeico, os nossos épicos antigos ou contemporâneos aprendem enfim que, se esses sofrimentos se podem transcender, é pela acção, pelo movimento, pela viagem em direcção a um fim no qual o homem se possa redimir. Aqui reside o carácter específico e absolutamente original do génio épico português. De Homero e Virgílio a Dante e Goethe, o herói é sempre o indivíduo isolado. Já em Shakespeare, num «Henrique V», se sente que o verdadeiro herói é a Inglaterra, porque os poetas ingleses, como os poetas portugueses, têm uma comum herança atlântica e céltica.

Mas em nenhuma outra literatura europeia, a poesia épica encontrou expressão equivalente à consciencialização de uma filosofia da história, como nas três obras que citámos, em que o herói, o patente herói, fomos a dizer, o único herói é a pátria portuguesa. E eles mostraram-nos então os homens que fizeram e desfizeram Portugal, como marinheiros de uma mesma empresa, marinheiros que há oito séculos passam o testemunho uns aos outros e, com melhor ou pior fortuna, mantêm a nau à tona de água, sempre em direcção a um fim que se sabe sabendo-se, como diria Pessoa. E eles mostraram-nos os homens despojados das suas pequenas misérias e ligações ao quotidiano, com seu perfil metafísico, com seus actos enigmáticos, com seus gestos temerários que não se explicam: «Que farei eu com esta espada? Ergueste-a, e fez-se.» E eles mostraram-nos a grandeza dos homens que deram vida à pátria ao lado da pequenez dos homens que tiraram vida à pátria.

Porque a pátria não é intrusão do passado no presente, não é sentimentalismo atávico, não é resistência do hábito, não é cómoda posição de reacionários, não é «o conceito mais bestial e menos filosófico». A pátria é apenas a realidade e quem vira costas à realidade em nome de ideais abstractos, cai em utopias ingénuas, como a do «cidadão do mundo», como a dos estetas que explicam as suas frustrações por não viverem em Paris e não falarem francês, como as dos políticos que a todo o momento repetem a pergunta de um provinciano a Sócrates: é preferível ter nascido em Tebas ou em Atenas? Há sempre uma pátria... Isto é: pensamos sempre por uma filosofia, integramo-nos sempre numa tradição, raciocionamos sempre numa língua, dirigimo-nos sempre por uma escala de valores, ainda que essa filosofia, essa tradição, essa língua ou essa escala de valores pertençam a outra pátria que não é a nossa da origem. Nem todos os nacionais de Portugal pertencem à pátria portuguesa, pois a pátria está acima da Nação e está acima do Estado, pois a relação do homem com a sua pátria é sempre uma relação de plena liberdade, anterior a qualquer filiação política. A integração patriótica de muitos portugueses, com efeito, é francesa, é alemã, é americana, é italiana ou é várias nacionalidades juntas, mas estes são meios portugueses: não são marinheiros da empresa, não recolheram o testemunho dos seus gloriosos antepassados, não deram à pátria o sopro do seu génio criador, não passarão ao futuro o acto de posse do presente ou porque não souberam aderir em plena consciência e até ao limite à sua situação existencial inédita e específica.

Pertencem à nação: não pertencem à pátria. A pátria é a realidade. Todos têm uma pátria e é possível que um dia a pátria do homem seja o universo. Mas esse dia vem tão longe, é uma utopia tão distante que todo aquele que, nos nossos dias, pretenda desligar-se do condicionalismo do espaço e do tempo e agir e pensar como se não houvesse fronteiras, mais não consegue do que sair da sua pátria de origem e instalar-se numa pátria de

adopção onde será sempre um intruso, onde será sempre um homem dividido e impedido de se realizar plenamente.

Assumir com todas as suas consequências e responsabilidades, pelo contrário, a ideia da pátria, é o único caminho possível para servir efectivamente o homem. A pátria é a empresa concreta em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si. O mundo ou o universo ou o agregado supra-nacional é a ideia abstracta e vã, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens, que, se viesse a ser artificialmente realizado depois de muitas guerras, lutas e rebeliões, teria de adoptar uma política de compromisso na qual o interesse concreto de cada indivíduo será cada vez menos respeitado.

A pátria não é definida por qualquer partido, facção ou classe: é a longa fila de homens de mãos dadas que vem do fundo dos séculos e vai para o fim dos séculos, onde já não haverá então pátrias porque os homens terão subido mais um degrau. Sim, nem sempre as pátrias avançam, nem sempre as pátrias progredem. Isto acontece, porém, quando ao corpo e à alma da pátria se aplica o pensamento de outras pátrias. Isto acontece quando há um desajustamento profundo entre a pátria e os seus mais influentes filhos. Foi esta, precisamente, a situação magistralmente descrita por Guerra Junqueiro.

Quanto ao conceito filosófico da pátria, num momento em que a filosofia do concreto ultrapassa em todos os campos a filosofia do abstracto, não será necessário determo-nos muito tempo. Se é certo que a Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais. A filosofia é um caminho de homens e já vimos que não há homens sem pátria. A filosofia é um caminho da razão humana, mas a razão não se basta a si própria. A oração fúnebre de Emmanuel Kant é a falência da razão pura. A razão exerce-se sobre alguma coisa, a razão exerce-se sobre as manifestações mundanas do Espírito, a razão é o sincronismo do homem com a realidade englobante que o cerca. E a realidade englobante que cerca o homem, qual é ela, se não é apenas a matéria? É uma história de actos humanos, é uma arte e uma literatura, é um conjunto de tradições e revelações, é uma língua portadora de palavras introduzíveis que são talvez cifras esquecidas. Numa palavra, é uma pátria. A minha pátria é a língua portuguesa, disse Fernando Pessoa.

Todas as filosofias são pátrias porque todas as filosofias se constroem a partir de uma pátria, porque todos os filósofos têm uma pátria, porque é na sua pátria que eles colhem todo o conteúdo anímico que irão dar à sua razão. Que a filosofia portuguesa tem que derivar, através do espírito ou da razão dos filósofos, da realidade existencial que é a pátria portuguesa, eis a primeira grande intuição de Sampaio Bruno, desenvolvida depois por ele mesmo e pelos nossos maiores poetas e pensadores da primeira metade deste século. Pode à vontade argumentar-se escolásticamente que numa expressão como filosofia portuguesa, só o primeiro termo é substantivo porque o segundo termo é meramente adjectivo. A argumentação é falaciosa em primeiro lugar porque o principal termo de um tropo não é o substantivo nem o adjectivo, é o verbo. O que verdadeiramente interessa, é saber o que a filosofia é. E se o termo filosofia se basta a si próprio, e se ele se não verbaliza e substantiva precisamente pela inspiração que a razão do filósofo colhe na realidade circundante, na pátria, então o conhecimento não é possível, a filosofia acabou em Kant e nada mais nos resta do que meditar sobre o absurdo. É evidente que a razão do filósofo se exercita e alimenta no diálogo com as outras filosofias. Mas af, é apenas a capacidade, a potencialidade que se exerce. O acto do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria.

Portanto, desculpem-nos o escândalo. Nós não abolimos a palavra do nosso vocabulário. Nós não escondemos a palavra no fundo do subconsciente. Nós não temos medo da palavra. Nós assumimos a palavra e não fazemos mais do que dar a nossa mão a Camões, a Vieira, a Bruno, a Junqueiro, a Leonardo, a Pessoa e a tantos outros que nós profundamente admiramos e cujo exemplo procuramos humildemente seguir. Porque esta é a ditosa pátria nossa amada e ao seu serviço aqui colocamos o nosso corpo, a nossa alma e o nosso espírito.

57 E A REACÇÃO DOS CONFORMISTAS

O primeiro número de «57» suscitou, a par de numerosas manifestações de simpatia, de solidariedade e mesmo de adesão, que aproveitamos a oportunidade para agradecer publicamente, a esperada, violenta e exclamativa reacção dos conformistas.

Esperada porque já conhecíamos e prevíamos os seus velhos argumentos, todos eles afinal encobridendo o imobilismo conservador das suas posições e a dificuldade manifesta de evoluírem a partir de doutrinas aprendidas para sempre na adolescência.

Violenta porque, na impossibilidade de refutarem a nossa posição, o que fizeram apenas foi substituir a razão pela vontade. Mas a energia voluntarista das suas palavras desvela ainda melhor a fragilidade das suas próprias posições, em equilíbrio instável sobre o passado que já não retornará ou sobre o futuro que, desconhece a nossa problemática específica.

Exclamativa porque, ao fim e ao cabo, desde o P.º Gustavo de Almeida no «Diário da Manhã», até ao Dr. João Gaspar Simões, em artigo de fundo do «Jornal de Notícias» do Porto, praticamente toda a reacção contra o «57» se traduziu em exclamações mais ou menos iradas.

Um centro cultural, o «Centro Nacional de Cultura» organizou um debate acerca do «57». Ai, a reacção tomou corpo com a intervenção veemente dos conformistas que quase pareciam querer julgar alguns dos redactores presentes numa espécie de tribunal inquisitorial. O principal advogado de acusação, em nome das potências conformistas, o Dr. Francisco de Sousa Tavares, dirigiu-nos uma série de perguntas de exame: mas em que consiste a filosofia portuguesa? Mas o que dizem os livros de Sampaio Bruno, que o interrogador confessou não ter lido apesar da gritante oposição que lhe manifestou? Não há senão uma só filosofia, a filosofia universal? (A escolástica?) E quase exigiram, advogado de acusação, júri, presidente do júri, público alvorocado, que nós, pobres

criminosos que ali estávamos como simples assistentes e por cortesia, justificássemos o nosso crime, a nossa petulância, a nossa ousadia e, naquela atmosfera agitada e social, com meninas de sociedade (bonitas, felizmente!) a aplaudir as tiradas mais retoricamente acusatórias, provássemos, provássemos por A + B, que havia uma filosofia portuguesa, que havia filósofos nacionais, em que consistia a originalidade dos nossos filósofos, em que se distinguiam dos filósofos de outros países! E, pelo verbo eloquente do Sr. Juiz-Presidente, perdão, do Presidente da Mesa, o P.º Dias de Magalhães S. J. foi pronunciada a sentença contra o réu. Condenado, o «57»? Parece que sim.

Estarão a ler, prezados leitores, um jornal condenado, com exclamações idênticas, com vontades idênticas, com razões idênticas, por ilustres padres jesuítas e por ilustres críticos literários, como o Sainte-Beuve português, o papa da crítica judicativa, o famoso Dr. Gaspar Simões.

É certo que outros jornais se ocuparam também do «57», como o «Diário Ilustrado», que publica na sua primeira página uma reportagem (justificadamente) espirituosa sobre a sessão do Centro Nacional de Cultura e como o «Primeiro de Janeiro», em cuja página literária, um monumento das artes gráficas portuguesas, saiu a inevitável «piada», que não sabemos se devemos atribuir ao brilhante espírito do Sr. Jaime Brasil. Enfim, o «57» leu-se, discutiu-se e vendeu-se. Porque não se integrou em qualquer destes conformismos de historiador da filosofia a um sistema feito e perfeito, de crítico literário aos valores literários franceses de há vinte anos ou de professor universitário ao estatismo cultural positivista, parece ter agitado um meio dividido entre sectores divorciados, cada um muito contente com o seu público próprio de elite e todos por igual separados da realidade existencial da pátria e das preocupações e das aspirações espirituais do povo.

(Continua na pág. 3)